

Porque Lexicografia e Terminologia: relações textuais?

Maria da Graça Krieger

PPG – Linguística Aplicada – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

mgkrieger@terra.com.br

Resumo. *Nesta exposição, objetivo caracterizar Lexicografia e Terminologia como duas áreas que integram as Ciências do Léxico, mas que explicam melhor seus objetos específicos ao estabelecerem relações com conceitos de teorias de texto e de discurso. Tal perspectiva fundamenta-se na teoria semiótica francesa que, no eixo da Lexicografia, leva a entender e analisar o dicionário como um objeto produtor e não reproduzidor de significação. No eixo da Terminologia, a mesma teoria semiótica, por tratar de questões de produção de significação, permite entender as condições de gênese das terminologias e das fraseologias no âmbito dos distintos universos de discurso do saber especializado. Procuo também traçar um rápido panorama do percurso de investigação da área, referindo a produtividade de pesquisas sustentadas pelas relações léxico/texto. Com isso, ilustro e justifico o ponto de vista fundador da área de estudos a que dei início no âmbito do PPG – Letras, UFRGS: Lexicografia e Terminologia: relações textuais.*

Abstract. *I aim here to characterize Lexicography and Terminology as two areas which integrate Lexical Sciences, but, when related to concepts from Text and Discourse Theories, can better explain their specific object. This idea is based on French Semiotics, which, from a Lexicography perspective, leads us to understand and analyze a dictionary as a meaning producer and not as a reproducer. From a Terminology perspective, for dealing with issues related to meaning production, the same semiotics theory allows for the understanding of the conditions of terminology and phraseology genesis in the scope of the diverse universe of specialized discourses. I also aim to give a brief historical overview of research in the area, commenting on the productivity of researches supported by lexical/textual approaches. In sum, I illustrate and justify the point of view present when I started the area at PPG – Letras, UFRGS: Lexicography and Terminology: textual relations.*

Palavras-chave: Lexicografia; dicionário; terminologia; semiótica; texto; universo de discurso

Key-words: Lexicography, dictionary, terminology, semiotics, text, discourse universe

1. Introdução

Como sabemos, Lexicografia e Terminologia são duas áreas que integram as Ciências do Léxico. Seus objetos privilegiados são respectivamente o léxico geral e o

especializado, abordados seja sob a perspectiva teórica, seja aplicada, abrindo um grande espectro de facetas constitutivas e de tratamento do componente lexical dos sistemas lingüísticos. Essas áreas têm se beneficiado muito dos fundamentos da Lingüística *stricto sensu*, entretanto, as proposições de análise que levam em conta as relações léxico/texto contribuem decisivamente para explicar melhor esses objetos específicos, descrevendo seu funcionamento com as restrições e implicações que ambos comportam. Para tanto, teorias de texto e de discurso oferecem importantes conceitos que alargam a compreensão do componente lexical das línguas, bem como de lugares privilegiados pela lexicografia e pela terminologia, respectivamente, o dicionário e a comunicação especializada.

A partir desse ponto de vista, objetivo avançar nesses fundamentos, assim como ilustrar e justificar o ponto de vista fundador da área de estudos a que dei início no âmbito do PPG – Letras, UFRGS, ainda em 1990 e que veio, posteriormente, a ser denominada de Lexicografia e Terminologia: relações textuais. Ao mesmo tempo, procuro traçar um rápido panorama do percurso de investigação da área, referindo a produtividade de pesquisas sustentadas pelas relações léxico/texto, especialmente no caso da Terminologia, campo que motivou o desenvolvimento de uma linha de investigação que chamo de Terminologia Textual e que é correlata à Terminografia Textual. Este trabalho tem, portanto, uma dupla proposição: justificar a razão de adoção do princípio textual para desenvolver estudos de Lexicografia e de Terminologia, bem como dimensionar a história inaugural desses estudos desenvolvidos em nível de Pós-Graduação em Letras, da UFRGS.

Antes de avançar, é preciso ainda esclarecer que, embora faça referências gerais a teorias de texto e de discurso, adoto uma visão de questões de textualidade vinculadas à teoria semiótica francesa, proposta e estabelecida, em torno dos anos 80 do século passado, por Algirdas Julien Greimas e seu grupo de investigação da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, de Paris. Trata-se de uma semiótica do texto que se define como uma teoria geral da produção de significação. Mais especificamente, estabelece fundamentos para descrever as condições de produção e apreensão de todo e qualquer tipo de texto, independente dele ser verbal ou não verbal como uma fotografia, uma peça musical e uma pintura. Para a semiótica, o texto é um todo de significação, com mecanismos que o engendram e o articulam, através de um percurso gerativo de sentido, comum às diferentes linguagens que determina a forma de expressão de todo e qualquer conjunto significativo.

No bojo do poder explicativo desta proposta teórica, ganha também relevância a concepção de organização narrativa, constituída de mecanismos que regem a estruturação dos mais diferentes tipos de textos, bem como o patamar discursivo que abriga e explica as relações comunicativas entre destinador e destinatário da comunicação, além das projeções da enunciação no discurso enunciado. Neste caso, a teoria declara sua consonância com a perspectiva enunciativa, introduzida por Benveniste no seio dos estudos lingüísticos. Não há aqui a intenção de descrever a teoria semiótica, apenas situar seus princípios e ainda destacar que seu aparato teórico e metodológico é muito produtivo para dar conta de vários objetos culturais como os

dicionários, bem como descrever universos de discurso que, ao modo de tipologias textuais, possuem sua própria organização narrativa, que é o seu modo de dizer e de fazer significar. É, pois, por esse caminho que se podem reconhecer os mecanismos constitutivos das comunicações especializadas.

Situada essa perspectiva, motivadora de estudos sobre dicionários e problemas de terminologia, passo a trazer alguns exemplos, lembrando também que vários outros poderiam ser aqui abordados; no entanto, apenas alguns serão referidos em razão das limitações naturais de tempo e de espaço.

2. Lexicografia: o dicionário como um objeto semiótico

No âmbito dos estudos lingüísticos, as obras lexicográficas têm sido objeto de muitas investigações, as quais abordam aspectos relacionados tanto às informações lingüísticas propriamente ditas, quanto semânticas e discursivas que, sobretudo, os verbetes apresentam. Entretanto, para além dos elementos constitutivos formais da microestrutura, o dicionário comporta e requer um olhar para sua organização geral, que é da ordem da textualidade, configurando o que se pode denominar de código lexicográfico. Isto corresponde a dizer que um dicionário é um texto com regras próprias de produção de significação e não apenas um lugar de reprodução do já dito, simples listagem do repertório lexical de um sistema lingüístico. Em virtude de sua propriedade de ser um texto e, com tal, de produzir sentido, é um objeto semiótico.

Além disso, o conjunto de informações de caráter metalingüístico, como etimologia, classe gramatical, gênero, definição, exemplos e abonações configuram o dicionário como um discurso sobre a língua e, em decorrência, como um discurso de referência sobre as realizações lexicais e gramaticais de um sistema lingüístico, incluindo os conteúdos semânticos veiculados pelas unidades lexicais quer em dimensão paradigmática, quer sintagmática.

A confluência de todos esses componentes expressa a essência e a funcionalidade do dicionário, traduzidas por Alain Rey como “um objeto específico, textual, metalingüístico, cultural que nos dá uma imagem do léxico” (1977: 6).

Ao registrarem o conjunto das unidades lexicais das línguas comuns ou das chamadas linguagens de especialidade, as obras lexicográficas remetem a universos sociais, culturais, científicos, tecnológicos, jurídicos entre outros, estabelecendo sua dimensão textual. Trata-se assim de uma categoria de texto que fala da cultura, pois o léxico, em virtude de sua natureza primeira de nomear, é semanticamente co-extensivo à cultura que o suporta e à realidade por ele recortada.

Para além dessa natureza, o dicionário pode ser visto em sua grande funcionalidade social que, nos tempos atuais, está expressa no seu papel de autoridade lingüística. Essa dimensão de autoridade decorre de uma função prioritária que as sociedades lhe conferem: a de desempenhar o papel de código normativo da língua, constituindo-se em parâmetro das regras do “bem-dizer”. Ao mesmo tempo, o dicionário

é a instância formal de legitimação do léxico de um idioma. Como costume dizer, a obra lexicográfica é o “cartório das palavras”, pois lhes dá a certidão de nascimento.

Especificamente, o dicionário de língua – a mais prototípica das obras lexicográficas –, costuma ser considerado o “tesouro da língua”, lugar onde se guardam as palavras como indica a própria etimologia da palavra dicionário. Com isso, ele permite que uma comunidade reconheça-se a si mesma em sua história e em sua pluralidade. Em decorrência, a presença de um dicionário numa determinada cultura deve ser compreendido como “uma construção histórica, fruto da reflexão sobre a língua e orientada para a conservação da memória de experiências de sentido valiosas para a comunidade lingüística inteira.” (Lara, 1997:18). Daí por que, é a instância da memória social desse mesmo idioma.

A representação da memória coletiva que os dicionários encerram, associada ao seu poder de legitimar o léxico de uma comunidade, faz com que eles sejam compreendidos como textos inquestionáveis. Dessa forma, constituem-se, como textos que estabelecem a “verdade sobre os usos e os sentidos das palavras e, nessa medida, assumem o papel de código normativo no seio das comunidades lingüísticas” (Krieger, 1993:21).

Além de funcionar como instrumento de autoridade que fixa padrões lingüísticos, o dicionário, por registrar de modo sistematizado os itens lexicais de uma língua, dá coesão às sociedades e projeção às suas culturas. Tanto é assim que a história dos dicionários na Europa está fortemente vinculada a projetos de política lingüística a exemplo do surgimento, na França do século XVII, do Dicionário da Academia, concluído em 1694 e dedicado ao rei Luis XIII. A elaboração deste dicionário, que expressa o início da identidade da língua francesa moderna, representou, na época, “a conjunção bem definida entre as necessidades de construir um Estado unificado e o desejo de fixação da língua como normalização das práticas lingüísticas, literárias ou técnicas, o que explica que o francês do século XVII seja hoje reconhecido como o início do francês moderno.” (Collinot & Mazière, 1997:8).

Esses elementos são suficientes para salientar que os dicionários desempenham vários papéis sociais e culturais, e, sobretudo, cognitivos pelas descrições que oferecem sobre os itens lexicais de um idioma. Isto justifica também a razão por que eles assumem o valor de um instrumento didático, de grande apoio para o ensino de língua.

Com efeito, o dicionário é um texto complexo, com identidade própria, que encerra uma multidimensionalidade de aspectos. Por toda essa projeção de significações, o dicionário é um objeto semiótico, e compreendê-lo apenas como uma lista de palavras é um enfoque reduzido e redutor, desconsiderando que se trata de um texto de autoridade que fala da língua e da cultura de múltiplas maneiras, embora sob a coerção do código lexicográfico, que corresponde à organização narrativa dos dicionários. Tal organização contribui para produzir o efeito de representação do lexicógrafo como um sujeito detentor do saber absoluto e inquestionável sobre a língua.

No entanto, o dicionário não é isento de subjetividades, como se costuma pensar. Por fim, é importante salientar que visões redutoras implicam também reduzir a concepção de lexicografia a uma atividade puramente pragmática, o que está longe de ser verdade. Em suma, uma visão diminuta descartaria as várias proposições de investigações lingüísticas e textuais que fomentam e justificam os estudos lexicográficos.

3. Em relação à Terminologia

Os fundamentos da teoria semiótica greimasiana estão se revelando úteis para a terminologia, um campo de estudos e de práticas que tem, por objeto primeiro, o que se convencionou chamar de léxico técnico e científico, ou temático. Este léxico consiste num dos componentes essenciais das chamadas comunicações especializadas, “susceptível de transformar-se em metalinguagem”, conforme as palavras de Greimas (s.d. p. 458)

A partir da última década do século XX, a área de Terminologia têm avançado significativamente no estabelecimento de suas bases teóricas, bem como metodológicas, estas diretamente relacionadas às aplicações terminológicas, vale dizer, à produção de glossários, dicionários técnico-científicos, bancos de dados terminológicos, ontologias, entre outras possibilidades. O avanço teórico está sobremaneira relacionado à alteração do paradigma normativo, sob o qual a área nasceu, para o universo de fundamento lingüístico-comunicacional para o qual a Terminologia foi chamada.

Não é demais lembrar que a primeira teoria de Terminologia, a conhecida Teoria Geral da Terminologia (TGT), baseada nos estudos de Wüster, concebe o termo como um rótulo designativo de uma unidade de conhecimento, desconsiderando sua dimensão lingüística. Fundamenta-se ainda na crença da exclusividade denominativa no componente léxico da linguagem científica e técnica. Tal posicionamento está relacionado ao fato de que, historicamente, as terminologias correspondiam às nomenclaturas científicas, utilizadas largamente pelas ciências taxionômicas, como a química e a botânica. Esses termos, por serem articulados morfológicamente por meio de constituintes gregos e latinos, não eram compreendidos como elementos naturais das linguagens naturais.

No entanto, hoje assiste-se uma grande alteração no padrão morfológico clássico das terminologias. Com o advento de novos campos de conhecimento, de novas áreas que ganham estatuto de cientificidade, junto com o acelerado desenvolvimento tecnológico surgem, em larga escala, novos termos, cujas configurações morfosintáticas assemelham-se, e mesmo confundem-se, com as palavras da língua geral. Nesse sentido, o ideal da exclusividade denominativa tende a desaparecer, mostrando que não há mais fronteiras rígidas entre o que se convencionou chamar de léxico especializado e léxico geral.

Observa-se ainda que os termos não são estáticos, não pertencem exclusivamente a um área, mas nela são utilizados com significação específica. Tudo

isto evidencia que o estatuto de uma unidade terminológica define-se por sua pertinência aos diferentes campos do saber e aos cenários comunicativos em que estão inscritos. Tanto é assim que cresce o número de sentidos terminológicos nos verbetes da lexicografia da língua comum. Com efeito, os termos não são rótulos e revelam sua naturalidade aos sistemas lingüísticos de várias formas, a iniciar pela consonância aos padrões morfossintáticos das línguas que os veiculam, independentemente de serem originais ou corresponderem a estruturas neológicas.

Diante disso, o trabalho de identificação terminológica tornou-se muito mais complexo, exigindo uma série de considerações que não podem mais desconhecer o funcionamento da linguagem e, conseqüentemente o comportamento das terminologias, tal como ocorria no âmbito da TGT. Trata-se, portanto, de estudar as terminologias não mais de um ponto de vista cognitivo, mas lingüístico, no seu mais amplo sentido, conforme estabelecido pelas novas correntes de terminologia que se definem como de cunho lingüístico-comunicativo (CABRÉ, 1999).

A proposição lingüística leva a ver o termo em seus contextos de ocorrência, mostrando, por exemplo que há sinônimos e variações nas linguagens especializadas, diferentemente do que antes se julgava. Esses estudos sobre os modos de funcionamento das terminologias são de fundamental importância, pois pode dar conta das distintas realizações formais de um conjunto terminológico.

É importante também registrar que os desenvolvimentos informáticos de Processamento de Língua Natural têm avançado no reconhecimento terminológico. De todo modo, do processamento informatizado resultam candidatos a termos, cabendo ainda ao homem decidir seu efetivo estatuto de unidade lexical terminológica.

Conforme se observa, recoloca-se sempre em questão a problemática do estatuto de item léxico ou semiótico especializado. Um estudo que avalia somente o contexto de ocorrência não dá conta das possibilidades de gênese terminológica, já que os contextos lingüísticos de ocorrência, embora concretos, são fragmentos de um todo maior, de algo muito mais complexo que é o texto especializado. Deixa-se assim também de ver a área especializada, em sua virtualidade, como o único contexto capaz de explicar o surgimento das terminologias.

Dessa forma, estudos que levam em conta as particularidades dos universos de discurso de que os candidatos a termos em análise participam, determinam resultados observando os mecanismos cognitivos, lingüísticos e pragmáticos, os quais conjuntamente respondem pela ativação do componente terminológico das comunicações especializadas. Nessa perspectiva, as fraseologias especializadas acompanham e acolhem a mesma proposição. (Bevilacqua, 1996) Por tudo isto, o que tenho chamado de Terminologia Textual está relacionado à integração de componentes de textualidade e da discursividade no aparato teórico-metodológico da Terminologia, cujo objeto primeiro é termo técnico-científico. .

Em síntese, se uma teoria da Terminologia procura oferecer princípios para apreender o estatuto terminológico de uma unidade lexical, os componentes cognitivos,

lingüísticos e pragmáticos da comunicação especializada ganham relevância. Na mesma linha, o reconhecimento dos mecanismos que engendram a organização narrativa dos textos e dos discursos, conforme a visão semiótica greimasiana, são elementos que auxiliam largamente a identificar o estatuto terminológico de um item lexical. Se uma unidade lexical ganha estatuto de termo especializado no universo de discurso em que se insere, logo, descrever esse universo é etapa metodológica indispensável no quadro dos procedimentos de identificação dessas unidades.

A perspectiva de relacionar léxico especializado e propósitos dos universos de discurso tem sido o fundamento e a direção metodológica das dissertações e teses de Terminologia, junto ao PPG Letras - UFRGS. Tal posicionamento pode ser ilustrado com a área do Direito, cuja natureza deôntica, por excelência, determina suas regras de normatividade. Por sua vez, o texto legal comporta uma série de mecanismos que engendram não apenas efeitos de imperatividade, bem como permitem identificar outras realidades que a lei necessita circunscrever para cumprir os propósitos pretendidos. A relação desses fatores com a terminologia jurídica, além de outras articulações mais finas do engendramento da significação no discurso, foi acuidadamente estudada por Anna Maria Becker Maciel:

De acordo com Greimas (1976, p. 88-90), a existência dos entes do universo jurídico é instaurada pela enunciação performativa da lei. Dessa forma, o “dizer inicial” estende uma rede modal que, cobrindo o texto em sua completude, qualifica esses entes, atribuindo-lhes valores e funções precisas, delimitadas por regras prescritivas. Conseqüentemente, pode-se dizer que tais entes assumem características específicas e são referidos por unidades lexicais de significação especializada, passando a integrar a terminologia jurídica. (MACIEL, 2001: 76)

Como referi, muitos outros trabalhos são exemplos de aplicação dos princípios de uma Terminologia Textual. Todos ilustram a operacionalidade das relações léxico/texto especializado, cujo foco contribuiu para, metodologicamente, descrever com mais acuidade os objetos primeiros que constituem os universos da Lexicografia e da Terminologia. Os caminhos já trilhados motivam agora novas e renovadas perspectivas de estudo. Dessa forma, e ao modo de uma homenagem às minhas alunas, espero ter esclarecido por que trilhamos um percurso metodológico, inspirado no texto e no discurso e, porque sempre fomos muito bem acolhidas na área de Teorias do Texto e do Discurso.

4. Bibliografia:

BEVILACQUA, C. R. A fraseologia jurídico-ambiental. Porto Alegre: UFRGS, 1996. Dissertação de Mestrado.

CABRÉ, M. T. Una nueva teoría de la terminología: de la denominación a la comunicación. In: CABRÉ, M. T. La terminología: representación y comunicación. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, 1999.

COLLINOT, A. & MAZIÈRE, F. Un prêt à parler: le dictionnaire. Paris, PUF, 1997.

- GREIMAS, A. J., & COURTÈS, J. Dicionário de Semiótica. São Paulo, Cultrix, S.d.
- KRIEGER, M. G. A obra e o fazer dicionarísticos. Cadernos do IL. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, jun. 1993, n. 10, p. 9 – 16.
- LARA, L.F. Teoría del diccionario monolingüe. Mexico, El Colegio de México, Centro de Estudios Lingüísticos y Literarios, 1996.
- MACIEL, A. M. B. Para o reconhecimento da especificidade do termo jurídico. Porto Alegre: UFRGS, 2001. Tese de Doutorado.
- REY, A. Le lexique: images et modèles, du dictionnaire à la lexicologie. Paris, Armand Colin, 1977.
- WÜSTER, E. “La teoría general de la terminología: una zona fronterera entre la lingüística, la lògica, l’ontologia, la informàtica i les ciències especialitzades”. Terminologia. Selecció de textos d’E. Wüster. Dir. M.T. Cabré. Barcelona: Servei de Llengua Catalana de la Universitat de Barcelona, 1996 (1974).